

# Conhecimento dos Profissionais de Saúde Frente ao Aborto Legal no Brasil: Uma Revisão Bibliográfica

Diego Andreazzi Duarte<sup>1</sup>, Marli Gabriel de Melo-Almeida<sup>2</sup>

1. Acadêmico de Enfermagem da Fundação Educacional de Machado – FEM, Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado – CESEP.
2. Docente Msc. do Curso de Enfermagem da Fundação Educacional de Machado – FEM, Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado – CESEP.

## INTRODUÇÃO:

O aborto ocorre em todas as culturas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2007) no ano de 2003, ocorreram 41 milhões de abortos induzidos em todo o mundo, o equivalente a 29 para cada 1.000 gestantes entre 15 a 44 anos, (África 5,5 milhões, Ásia 25,9 milhões, Europa 4,3 milhões, América Latina 4,1 milhões, América do Norte 1,5 milhão, Oceania 0,1 milhão).

No Brasil, a lei relativa ao abortamento é restritiva e refere-se à interrupção da gravidez resultante de estupro e de risco de vida da gestante. O abortamento previsto em lei, ou aborto legal, considera apenas estas duas exceções, estupro e risco de morte da gestante, previstas no Artigo 128 do Código Penal (BRASIL, 1940).

Os casos de anomalia fetal incompatível com a vida, apesar de não estarem contemplados nos permissivos da lei, também têm sido atendidos nos serviços de saúde, por meio de autorização judicial (SOARES, 2003).

## OBJETIVOS:

Este artigo pretende compartilhar os achados das representações de profissionais da saúde — Psicólogos, Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem — sobre o aborto legal, com base no conhecimento desses profissionais sobre a assistência ao abortamento previsto em lei, permitindo a compreensão dos aspectos envolvidos na prática diária.

## METODOLOGIA:

A fim de reconhecer o conhecimento dos profissionais da saúde das diferentes classes, atuantes no Programa Público de Interrupção da Gestação, frente ao aborto legal no Brasil, bem como os problemas relacionados, suas causas e consequências, foi realizado um estudo descritivo e analítico de revisão bibliográfica, realizado por meio de pesquisa de artigos indexados nas bases científicas: Bireme, LILACS, SciELO, PubMed e MEDLINE. O critério para a seleção foi baseado na relevância temática, em que foram utilizados os seguintes descritores: *aborto legal; conhecimento; pessoal de saúde; saúde da mulher*.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:

### A implantação do Programa Público de Interrupção da Gestação (PPIG) (SOARES, 2003)

- Código penal, em 1940 (BRASIL, 1940)
- Programa Público de Interrupção da Gestação nos casos previstos em lei (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999)
- Fatores impulsionadores para a existência dos PPIG
- Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), no Cairo, em 1994 (ARAÚJO, 1999).
- Posicionamento da equipe de saúde (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 1997)

### Conhecimento de Profissionais da Saúde Atuantes no PPIG

- Problema encontrado para Soares (2003)
- Conhecimento sobre os aspectos legais do aborto, segundo Espírito-Santo e Vieira (2007)
- Dados positivos encontrados por Loureiro e Vieira (2004)
- Despreparo dos profissionais encontrado por Colas, Aquino e Mattar (2007)
- Aspectos psicoemocionais e éticos, influenciados pela opinião pessoal
- Processo de aceitação versus sentimento
- Importância da formação e educação permanente (ESPÍRITO-SANTO; VIEIRA, 2007).
- Papel do Enfermeiro Responsável Técnico

## CONCLUSÃO:

O estudo realizado mostrou que o aborto é um tema polêmico e abrangente, diretamente relacionado a religião, opinião social e pessoal.

O estudo permitiu a compreensão de que os profissionais de saúde não estão preparados para vivenciar os aspectos psicoemocionais do aborto, sendo necessário que a capacitação não se restrinja à formação acadêmica, mas seja contínua e permanente.

Além disso, ficou evidente a necessidade da inclusão deste tema nos cursos de especialização destinados aos diversos profissionais envolvidos.